

DO REMO À PESCA: O PRESCRITO E O IMPREVISTO NA CONSTITUIÇÃO DA LAGOA DA PAMPULHA COMO UM ESPAÇO DE LAZER MODERNO EM BELO HORIZONTE (1942 A 1968)¹

Recebido em: 10/01/2013

Aceito em: 02/05/2013

Juliana de Alencar Viana²

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – MG – Brasil

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apontar vestígios para a compreensão da Lagoa da Pampulha como um espaço de lazer moderno em Belo Horizonte (1942 a 1968). O período é marcado pela inauguração do complexo arquitetônico da Pampulha considerado símbolo de progresso e modernidade na capital. Garimpendo entre legislações, relatórios de prefeitos, a literatura de Pedro Nava, fotografias e dialogando com estudos históricos e de memória da cidade, encontramos práticas culturais em torno da lagoa que estavam entre o prescrito (remo) e o imprevisto (pesca), que deixaram rastros de uma pedagogia do corpo na constituição desse contraditório espaço de lazer moderno na capital mineira.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de lazer. História. Belo Horizonte.

ROWING AND FISHING: THE PRESCRIBED AND THE UNEXPECTED IN CONSTITUTION OF THE PAMPULHA LAKE AS A MODERN LEISURE SPACE IN BELO HORIZONTE (1942 TO 1968)

ABSTRACT: This paper aims to understand the Pampulha Lake as a modern leisure space in Belo Horizonte (1942 to 1968). The period is marked by the inauguration of the complex architectural Pampulha considered a symbol of progress and modernity in the capital. Researching between laws, reports of mayors, literature of Pedro Nava, photos and dialoguing with historical studies and memory of the city, we find cultural practices around the lake who were between the prescribed (rowing) and the unexpected (fishing), which left traces of a pedagogy of the body in the constitution of modern leisure contradictory space in the state capital.

¹ Versão resumida deste trabalho foi apresentado no I Simpósio Internacional de História Pública, em julho de 2012, promovido pelo Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual, vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização. Não houve conflitos de interesses para realização do presente estudo.

² Professora de Educação Física da Prefeitura Municipal de Contagem (MG); Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer (interdisciplinar) pela Universidade Federal de Minas Gerais; pesquisadora do Oricolé – Laboratório de Pesquisa sobre Formação e Atuação Profissional em Lazer.

KEYWORDS: Leisure activities. History. Belo Horizonte.

1. Ponto de Partida

Um telefonema. É assim que este texto começa a tomar vida. Em 2011, como bolsista³ e pesquisadora⁴ do Centro de Memória e Informação do Esporte (CEMIE), da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, um jornalista em busca de imagens sobre o remo na Lagoa da Pampulha nos procura, motivado também pela memória de seu pai, um dos premiados nas competições de remo na capital. Envolvida por essa busca, iniciei um trabalho curioso e acabei encontrando vestígios, em diversas fontes, que puderam nos contar um pouco o que havia sido, em Belo Horizonte, a constituição de um espaço “náutico” de lazer em um cenário urbano não litorâneo, em especial, naquele período histórico de grandes construções arquitetônicas, com mudança de mentalidades.

No CEMIE, encontrei menções às entidades esportivas (associações, federações) relacionadas aos esportes aquáticos e ao remo. Dialogando com outros arquivos, em destaque, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), foi possível encontrar, em formato digital, as legislações do município, os Relatórios de Prefeitos, a História dos Bairros, entre outras fontes⁵ que auxiliaram a construção desta narrativa. Além disso, utilizamos as fotografias do Museu Histórico Abílio Barreto, com as

³ Saliento também em minha trajetória acadêmica a passagem pelo Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, na condição de bolsista durante a graduação no curso de Educação Física, no período de 2005 a 2007, tendo contribuído para a organização inicial de seu acervo. Ver LINHALES et al (2006) e LINHALES; CUNHA; ALENCAR VIANA (2007).

⁴ A pesquisa desenvolvida se refere à “Trajetória Histórica das Políticas Públicas de Esporte em Minas Gerais (1938 – 2006)”, realizada com financiamento da FAPEMIG e do Ministério do Esporte, sob a coordenação de Marilita Aparecida Arantes Rodrigues (CEMIE/SEEJ) e Helder Ferreira Isayama (POLIS/CELAR/EEFFTO/UFMG). Ver Rodrigues et al (2011a, 2011b, 2011c).

⁵ Coleções Revista Alterosa (1939 a 1964) e Revista Belo Horizonte (1933 a 1947).

palavras-chave “remo”, “pampulha” e “iate” no banco de dados. Também foram utilizadas obras que tratam das memórias da cidade, como Carsalade (2007) e o documentário de Oswaldo Caldeira (2005), intitulado “Pampulha ou a Invenção do Mar de Minas”.

Assim, este trabalho tem como objetivo apontar vestígios para a compreensão da Lagoa da Pampulha como um espaço de lazer moderno em Belo Horizonte, no período compreendido entre os anos de 1942 a 1968. O período é marcado pela inauguração do complexo arquitetônico da Pampulha (Cassino, Casa do Baile, Iate Golfe, Capela de São Francisco de Assis), entre 1942 e 1943, considerado símbolo de progresso e modernidade na capital, e como marco final, em 1968, quando ocorre a proibição dos usos das águas da lagoa da Pampulha para quaisquer finalidades. Garimpando entre legislações, relatórios de prefeitos, a literatura de Pedro Nava e dialogando com estudos históricos e de memória da cidade, encontramos práticas culturais em torno da lagoa que estiveram entre o prescrito e o imprevisto, que deixaram rastros de uma pedagogia do corpo na constituição desse espaço de lazer moderno na capital mineira. É esta a história que queremos contar.

2. A constituição da Lagoa da Pampulha: o mar de Minas

Nos Relatórios de Prefeitos, a menção à Barragem da Pampulha aparece, pela primeira vez, em 1935-1936, nas palavras do prefeito Octacílio Negrão de Lima, ao anunciar a importância da construção da *reprêsa* do Rio Pampulha, relativo ao serviço de abastecimento de água (BELO HORIZONTE, 1937). Segundo ele, a barragem teria todos os acessórios para a utilização da água acumulada, com elevada disponibilidade de litros diários. Neste mesmo documento, o prefeito afirmava que a irregularidade

hidrográfica de Belo Horizonte estaria causando algumas preocupações quanto ao saneamento. Assim, seria preciso retificá-la, canalizá-la, a fim de salubrir bairros inteiros, trazendo vantagens de ordem estética e de tráfego, além de conquistar novas áreas de edificação.

Naquele momento, em meados da década de 1930, a cidade passava por insuficiência de água potável. Ainda de acordo com o relatório (BELO HORIZONTE, 1937), havia a indicação de pavimentação e calçamento de avenidas, construção de viadutos, arborização, construção do primeiro bonde e funcionamento de novas linhas, instalações elétricas domiciliares, iluminação pública, fechamento de propriedades com muros e construção de passeios, entre outros, sinalizando um período de muitas obras de infraestrutura e de inauguração de novos serviços urbanos.

De acordo com Carsalade (2007), atravessávamos um problema sério de infraestrutura urbana nos anos 1930, período em que o crescimento populacional e territorial começava a se delinear, ganhando forte presença como pólo regional e como centro industrial e financeiro. Nesta esteira, surgia o problema da habitação, já que “o processo de ocupação do nosso tecido urbano fora muito mais intenso do que poderíamos prever inicialmente”. (CARSALADE, 2007, p. 21). Para Ribeiro (2011), o aumento populacional adentrou os anos 1940 e 1950 devido a expansão da indústria e das oportunidades de trabalho. Havia, portanto, a questão sobre os locais nos quais os novos moradores iriam se estabelecer, pois os bairros próximos à área central estavam totalmente ocupados.

A deficiência no abastecimento de água seguiu como um reflexo dos problemas do crescimento populacional e territorial. Uma das soluções encontradas foi dada na primeira gestão do prefeito Octacílio Negrão de Lima, que “a partir do represamento das

águas do Ribeirão Pampulha, construiu um grande lago artificial nas terras da fazenda de René Bernardes Carreiro”. (CARSALADE, 2007, p. 23)

Octacílio Negrão de Lima (BELO HORIZONTE, 1937) também destacava certa preocupação e indicava a necessidade de avanço da saúde pública através da melhoria das condições sanitárias. Assim, parecia que as modificações da higiene em tempos modernos estariam ligadas ao desejo dos governos de dar aplicação prática aos descobrimentos científicos a fim de mitigar as difíceis condições sanitárias dos meios urbanos. (POIRIER, 1998)

A esse respeito, segundo Melo (2001), o Rio de Janeiro, do século XIX, não era absolutamente uma cidade limpa. Não havia estrutura de esgotos, coleta de lixo e abastecimento de água, causando epidemias como cólera e febre amarela, consequências de uma medicina ainda embrionária e de costumes pouco higiênicos. Assim, a Belo Horizonte dos anos 1930 e 1940, que se inspirava no Rio de Janeiro, se empenhava na construção de uma infraestrutura moderna que favorecesse a superação destes problemas urbanos. (MELO, 2001)

A construção da barragem da Pampulha, em fins da década de 1930, a princípio, surgiu para atender a estas demandas sanitárias. Contudo, este empreendimento moderno, parecia não agradar a todos, pois a nova obra aniquilaria o curso de práticas cotidianas dos cidadãos, expressas nas memórias de Pedro Nava:

Pois a 'prodigiosa lagoa' ia ser zona elegante da capital mineira mas foi ofuscada quando Kubitschek pôs em moda a Pampulha. Antes dessa represa as águas naturais eram o lugar preferido para os passeios. Um destas excursões ficou na lembrança. Para lá bateu-se cedo o grupo de moças e rapazes mencionado antes. Ficara resolvido que cada marmanjo levaria um prato para o piquenique. Coube ao Egon fornecer um pernil que ele mandou preparar no Estrela. Lavou-o preciosamente envolto em papel prateado - pronto para brilhar como a melhor iguaria do almoço campestre. Foi um tremendo fracasso. Por fora, uma beleza: lustroso da gordura e dum belo pardo tostado pelos fornos do Simeão. (NAVA, 2003, p. 395)

O requinte e a elegância que, posteriormente, viriam a caracterizar a Pampulha pareciam uma conquista moderna que atravessaria as edificações e os costumes, mesmo que antes da inauguração de seu complexo arquitetônico, a Pampulha fosse a “Fazenda Santo Antônio da Pampulha”, região que teria recebido, no final do século XIX, uma pequena população de portugueses e escravos. Segundo Resende (2004), a região da Pampulha fazia parte de um grande latifúndio chamado Bento Pires que, por volta de 1771, foi dividido em várias fazendas, para diferentes proprietários. E como desdobramento da posse, surgiu a Fazenda Pampulha. A autora afirma que os conflitos pela posse das terras eram intensos e que a construção da nova capital desapropriou da região cerca de trinta famílias.

Chegados de Portugal em 1904, instalaram-se no arraial de Santo Antônio da Pampulha Velha, formado em torno da Igreja de Santo Antônio de Lisboa. Prosperam, compram terras, destacam-se entre as 40 famílias de “pampulhanos”. Pela porta da fazenda, transitavam bruacas e cangalhas atopetadas, com destino ao Mercado de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey. O outro arraial vizinho era o de Santo Antônio de Venda Nova. A atual rua Boaventura era a estrada velha da Pampulha. Os tropeiros vinham de Santa Luzia, por Santo Antônio da Venda Nova, alcançavam o local onde se encontra o aeroporto, passavam pela porta da fazenda e seguiam para o centro da cidade. As boiadas vinham da Capela Nova de Betim, Contagem, Curral del Rey, rumo ao matadouro em Santa Luzia. Dona Ana Moraes dos Reis, conhecida como Sá Donana da Pampulha, ou Sá Donana Portuguesa, era benzedeira. Começam com ela as festas religiosas que se tornaram tradicionais no bairro. (CARSALADE, 2007, p. 18)

Esta localidade também aparecia no Plano de Aarão Reis, quando da construção e inauguração da cidade, em 1897, como região agrícola não merecendo *status* de região urbana nem suburbana. A responsabilidade do arraial estava em abastecer a cidade. O caráter rural da região ficou claro nos impressos sobre a História dos Bairros, produzido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte:

A vida na Pampulha tinha o ritmo tranquilo do dia-a-dia na área rural. Havia poucas casas e a distância entre elas era grande, dificultando o contato social. As vias não eram pavimentadas e os bondes não circulavam por lá, o que tornava complicado o acesso à área central da cidade. Apesar das atividades de agricultura e manufatura, os poderes públicos estadual e municipal não estavam satisfeitos com a forma como o local estava sendo aproveitado. Para

as autoridades da época, a Pampulha poderia trazer um progresso maior para Belo Horizonte se ajudasse no abastecimento de água da capital (a população crescia a cada dia e sofria com a escassez de água potável) e se pudesse auxiliar na aproximação da cidade com outras capitais importantes do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, através de um aeroporto. Foi com essa visão que, na década de 1930, começaram as obras de construção de uma barragem que iria deter o curso das águas do Ribeirão Pampulha, formando uma represa que serviria de reservatório de água para a capital. A barragem era um bloco maciço de quase 20 metros de altura, feito de cimento, alvenaria e terra. Ela sustentava o volume de água que formava um amplo lago artificial, a Lagoa da Pampulha, inaugurada em 1938. (RIBEIRO, 2011, p. 19)

Octacílio Negrão de Lima (BELO HORIZONTE, 1937) também apontava a necessidade de obras de embelezamento da capital – referindo à Pampulha, pelo esplendor do seu traçado – que a tornassem sedutoras ao olhar do turista e envaidecedora de seus habitantes. Dessa maneira, a lagoa da Pampulha surge a partir da demanda sanitária, ao mesmo tempo em que atendia ao propósito de superar o caráter de arraial da antiga fazenda, trazendo ares mais modernos⁶ em um espaço que se constituiria para o lazer e moradia da elite belo-horizontina, da década de 1940 em diante. Assim, a obra da barragem começou em 1936 e foi concluída em 1938. Esta intervenção na paisagem urbana pareceu encontrar no Rio de Janeiro uma referência para algumas ações na cidade mineira, não só pela construção da barragem – o mar de Minas e suas práticas náuticas – e seu entorno, mas pela adoção de nomes dos notórios bairros cariocas na região da Pampulha, como Leblon e Copacabana. Nesse cenário, também não faltaram o “Céu Azul”, nem a “Enseada das Garças”, obviamente, não com o mesmo valor dos dois primeiros.

Melo (2001) elencou alguns fatores para a mudança do eixo de desenvolvimento urbano carioca, em meados do século XIX, trazendo elementos para a compreensão da representação do complexo Pampulha como um marco histórico na cidade:

⁶ Ver BAHIA (2011)

Desde o segundo quartel do século XIX as elites começaram a inverter o eixo de desenvolvimento da cidade. Se primeiro habitavam preferencialmente a zona norte, logo avançaram para a zona sul, à procura de locais mais ‘arejados’ e adequados para residir. Deve-se compreender tal mudança a partir de três fatores articulados: a) a influência de estrangeiros que vinham morar no país; b) o impacto do aumento das preocupações com a saúde e sua relação com o mar; c) ‘...pela difusão da ideologia que associava a beira-mar aos estilos de vida moderna, banindo os traços rurais das residências e dos bairros. (MELO, 2001, p. 67)

Nesse sentido, de acordo com Ribeiro (2011), o início das obras da Pampulha começaram a chamar a atenção de inúmeras famílias interessadas em lugares mais ‘arejados’ e modernos para moradia, já que o traçado tradicional das cidades mineiras era caracterizado por ruas estreitas, onde os casarões coloniais se apertavam.

Em Belo Horizonte, o moderno dos anos 1930 também estava ligado ao progresso, à limpeza e ao embelezamento, como no Rio de Janeiro de algumas décadas antes (MELO, 2001). No Estado de Minas Gerais, também interessava ao interventor Benedito Valadares um movimento modernizador, tanto que, um pouco mais tarde, ele nomearia como prefeito da capital seu chefe de casa civil Juscelino Kubitschek – JK – também de mentalidade progressista. (CARSALADE, 2007). Na primeira gestão de Octacílio Negrão de Lima, a prefeitura de Belo Horizonte construiu a barragem, entretanto, pelas mãos de Juscelino Kubitschek foi que a Pampulha conquistou o requinte e a elegância a partir de seus empreendimentos:

A criação de um centro turístico e de lazer para Belo Horizonte ao redor do lago artificial formado pela barragem era uma ideia que combinava dois interesses: primeiro, oferecer à população um espaço que concentrasse as principais opções de lazer da cidade; segundo, fazer dessa área um símbolo da modernidade e do progresso de Belo Horizonte. Com essa intenção, um jovem arquiteto foi convidado para projetar as edificações que seriam construídas no local: Oscar Niemeyer. A partir das curvas e da ousadia de seus desenhos, nasceu o Conjunto Arquitetônico da Pampulha, composto pelo Cassino (que em 1957 se transformou no Museu de Arte da Pampulha), a capela de São Francisco de Assis, o Iate Clube e a Casa do Baile, construções que colocavam Belo Horizonte no cenário da arquitetura moderna internacional e no roteiro turístico do país. (RIBEIRO, 2011, p. 22)

A fim de consolidar-se como uma cidade moderna, tanto a economia como a cultura deveriam ser trabalhadas de forma articulada. Assim, tratou-se de promover uma série de intervenções no espaço urbano de forma a facilitar o comércio e a indústria (melhoria das vias de circulação), mas também de construir um novo imaginário para a cidade. A ideia ou concepção de que uma cidade seja uma metrópole vem associada a dados concretos como padrão de edificação, número de população, sistema de serviços urbanos implementados, rede viária, infraestrutura de lazer e comercial, etc. (PESAVENTO, 1995). Assim como na Porto Alegre dos anos 1930⁷ a cidade de Belo Horizonte, fazia exigências morais, higiênicas, estéticas que se impunham diante da necessidade de “ser” e “parecer” moderna. Segundo a autora, “poderíamos talvez dizer que Porto Alegre se sentia metrópole sem o ser realmente, mas esta sensibilidade fazia com que a representação imaginária ganhasse força de realidade.” (PESAVENTO, 1995, p. 282). A modernidade seria, então, aquilo que se desejava experimentar.

Esta experimentação parece que se constituiu, de forma acentuada, na década de 1930, quando a Pampulha passou a representar possibilidades de ‘progresso’. De acordo com Ribeiro (2011), o aeroporto da Pampulha foi inaugurado em 1933. A ideia de urbanização do antigo arraial tomava forma também com a pavimentação de ruas e praças, as cercas de arame das casas foram substituídas por muros e, em 1937, já havia um projeto de iluminação pública para ser aprovado. Em 1938, a avenida marginal, de 18300 metros e 15 metros de largura, que dava acesso à represa da Pampulha, ainda em construção, foi denominada “Getúlio Vargas”, homenagem do prefeito Octacílio Negrão de Lima ao, então, presidente da República. “A inauguração da Pampulha aconteceu no

⁷ Pesavento (1995).

dia 16 de maio de 1943. Mais de vinte mil pessoas acorreram ao local e Getúlio Vargas navegou em suas águas de barco”. (CARSALADE, 2007, p. 31)

O projeto de urbanização parecia estar diretamente ligado a um avanço das relações de produção capitalista. Segundo Velho (1995, p. 228), “o capitalismo moderno associa-se a mudanças significativas em todas as esferas da vida social”. Também nesse sentido, Pesavento (1995) afirma que a cidade é, sobretudo, com o advento do capitalismo um *modus vivendi* normalizador, pois processos econômicos e sociais delineiam-se transformando as condições da existência.

Assim, a Pampulha, para JK, era vocacionada para o turismo e este desejava construir ali, ao redor do lago artificial, casas de luxo e de diversões que se debruçassem sobre a área, convertendo-se no centro de atração turística que faltava em Belo Horizonte (CARSALADE, 2007). Dessa maneira, Juscelino Kubitschek (BELO HORIZONTE, 1942) relatava a vultosa obra pública que constituiu o “bairro mais encantador da capital: Pampulha”, considerado como uma imposição do progresso que veio substituir as casas velhas e sem conforto. Segundo ele, dar a cidade uma série de atrações era fator preponderante para o desenvolvimento do intercâmbio turístico, considerado uma rendosa indústria.

3. Os marcos arquitetônicos da Pampulha: entre o sagrado e o profano

Nesse contexto, parecia ficar claro um saneamento não só no espaço físico, mas nos hábitos e costumes. Os bailes, as festas, os jogos, as práticas náuticas trouxeram à Pampulha novos elementos para uma mudança de mentalidade. Assim, concordando com Julião (1996), a modernidade seria conquistada pelos opostos. A sociabilidade,

depois de confinada ao espaço doméstico, começava a ganhar as ruas, os cafés, os clubes, os parques. A Pampulha foi o marco inicial de uma nova arquitetura que trouxe consigo “o hábito do esporte, da vida ao ar livre, da comunicabilidade entre estranhos, ou seja, a experiência de usos de espaços coletivos públicos e novas formas de sociabilidade”. (CARSALADE, 2007, p. 54)

Nesse contexto, cada vez mais a população passa da convivência no espaço privado da casa para o espaço público da rua. A obra “Modernidades Tardias” (SOUZA, 1998) aponta para uma modernidade tardia em Belo Horizonte, ao tratar do espírito que prevaleceu ainda na década de 1940, com um olhar particular para as importantes realizações modernizadoras na gestão do prefeito Juscelino Kubitschek.

Destes marcos arquitetônicos da Pampulha, o Cassino trouxe o esplendor e colocou a cidade nos circuitos nacionais e internacionais, revolucionou costumes, atraiu muitas pessoas, com sua área de jogos e o grill-room, para as danças. Enquanto isso, a Casa do Baile, fazia um importante contraponto ao Cassino, por ser mais popular e por animar as tardes e noites na Pampulha (CARSALADE, 2007). Como esclarece Ribeiro (2011):

Apesar de ter sido planejada como um espaço para ser compartilhado entre as diferentes classes sociais (o Cassino e o Iate Clube, por exemplo, eram opções de lazer direcionadas às pessoas de maior poder aquisitivo, enquanto a Casa do Baile foi pensada para o divertimento das classes populares), inicialmente, a Pampulha acabou atraindo exclusivamente a elite, tanto no uso dos espaços de lazer, quanto em relação à ocupação urbana. É que os lotes ao redor da lagoa foram muito valorizados, pois, para compor o aspecto moderno da orla, era necessário que as famílias tivessem condições de construir residências luxuosas. Além disso, poucas pessoas conseguiam ter acesso ao local, pois, o transporte público era precário e os automóveis eram coisa rara. (RIBEIRO, 2011, p. 22)

Dessa maneira, com a finalidade de criar na Pampulha um centro de reuniões particulares, a Prefeitura mandou projetar o edifício do Baile, local destinado às diversões populares, havendo, portanto, duas finalidades na execução desta obra – a de

valorização artística da Pampulha e a função social, com “diversão sadia para o povo”. (KUBITSCHKEK, 1947, p. 44 *apud* CARSALADE, 2007, p. 37)

Por outro lado, Juscelino Kubitschek também quis homenagear seu pai através de seu santo de devoção e, considerando o imenso sentimento religioso e o catolicismo mineiro, abençoar as obras da Pampulha com a presença sagrada. Daí, a igreja São Francisco de Assis, com pinturas de Cândido Portinari e paisagismo de Burle Marx, que ficou como templo do diabo de 1944, quando ficou pronta, até 1959, quando foi sagrada. Interessante observar que, segundo Melo (2001), no Rio de Janeiro a relação dos sujeitos com as águas (mar) também teria sido influenciada pela religiosidade, que percebia o mar com uma certa repulsa e medo. Em Belo Horizonte, figuras religiosas também estiveram presentes na Lagoa da Pampulha. Além da igreja projetada por Niemeyer, encontramos um monumento de Iemanjá⁸ em suas águas.

4. *Yacht Golf Club* de Minas Gerais: da ludicidade à utilidade

No que se refere às práticas náuticas, segundo Rodrigues (2006), tivemos iniciativas no lago do Parque Municipal, inaugurado em 1897. De acordo com a autora, a natação, por exemplo, aparece como *sport* em uma prova realizada nesses lagos, em 1909, “pois a primeira piscina construída na cidade foi o ‘tanque de natação’ do Colégio Anglo Mineiro, que começou a funcionar em 1914”. (RODRIGUES, 2006, p. 195) Depois vieram as piscinas dos Clubes do América e do Atlético, em 1930 e as piscinas do Minas Tênis Clube, em 1937. Contudo, segundo ela, “as regatas, inicialmente realizadas como atividades lúdicas no Parque Municipal, se desenvolveram na cidade somente depois do surgimento do lago da Pampulha” (RODRIGUES, 2006, p. 196).

⁸ Segundo Resende (2004), o monumento à Iemanjá é criação do escultor José Sifronini de Castro.

Assim, o Iate Clube (figura 1) fora projetado para aproveitar as novidades náuticas que aqui se abriam. A ideia para o *Yacht Golf Club* era aproveitar a lagoa para esse tipo de esportes (seu primeiro andar fora projetado para isso) e o seu segundo andar para festas. O golfe seria realizado na área onde hoje é o Jardim Zoológico.



Figura 1: Ancoradouro – Yatch Clube
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

Segundo Carsalade (2007, p. 41), completavam o clube “uma grande piscina (figura 2), três quadras de tênis, uma de basquete, *playground* e amplo espaço gramado para as pessoas se sentarem, toalha de piquenique aberta, barquinho a vela ao fundo, prenúncio da bossa nova”.

A inauguração do *Yacht Golf Club* (figura 3), em 1943, foi realizada com um baile de gala animado pela dupla Alvarenga e Ranchinho e com a presença magna de

Ari Barroso. De acordo com Carsalade (2007), a Pampulha projetou a sociedade belo-horizontina no mundo, como trazia dele e da capital o que ela apresentava de melhor.



Figura 2 – piscina Iate Clube – Pampulha
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto



Figura 3 – Inauguração do Iate (1942)

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

Segundo Melo (2001), nos últimos 25 anos do século XIX, no Rio de Janeiro, as práticas náuticas começaram a ser encarados como exercício físico para melhoria do padrão estético corpóreo, o que se articula com um outro parâmetro de saúde. Nesse período, os homens começaram a exhibir-se em poses fotográficas muito orgulhosos de seus desenhados músculos, em calções que iam abaixo da linha do joelho. A esse respeito, Pedro Nava, médico e escritor mineiro, conhecido como um dos grandes memorialistas brasileiros, revela em seu famoso “Balão Cativo”, a novidade dos calções de banho na cidade e a presença feminina nesse cenário, em Belo Horizonte:

Vendo a filha do Coronel Júlio Pinto, o Oscar Marques veio nos servir em pessoa. Ele é que tinha encomendado do Rio os artigos esportivos exigidos pela rouparia do Anglo. Compramos ali um par daquelas botinas ferradas [...] e artigo ainda desconhecido em Belo Horizonte: calções de banho. De fato, o 'tanque de natação' do Anglo foi a primeira piscina construída na cidade e ali se estrearam aquelas malhas de riscas azuis ou vermelhas alternando com as brancas - que naquele tempo, mesmo para meninos, vinham até ao meio das coxas, quase aos joelhos. É bem verdade que os rapazes e garotos da cidade nadavam no Banheiro dos Estudantes, nos outros banheiros da Caixa de Areia e do córrego Leitão - mas nus em pêlo. A inauguração do traje de banho, na capital mineira, foi feita por nós, alunos do Sadler, em 1914. E a moça nadando? Isto ainda havia de passar muita água debaixo da ponte. Elas deram para se mostrar e às pernas, aí pelos 30, quando o América construiu sua piscina. Lembro do comentário de Aníbal Machado, na ocasião: - Começou, Seu Nava, começou... Foi-se tudo que Marta fiou... Desmoronou a Família Mineira... (NAVA, 2003c, p. 132)



Figura 4 – remo na Pampulha (1950)

Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

Em Belo Horizonte, a difusão dos esportes como ‘aperfeiçoamento do físico e da raça’, pareceu ganhar força com os esportes náuticos promovidos pela constituição da lagoa da Pampulha:

Não estaria completa a Pampulha se ali não fossem feitas obras destinadas ao aperfeiçoamento físico do homem, pelos exercícios esportivos. O próprio lago com suas dimensões imensas, era um convite à administração, para que não tardasse com os trabalhos destinados à prática de esportes. Não hesitamos em dar à Pampulha os elementos destinados ao aprimoramento do corpo. Conhecedores que somos da importância dos exercícios ao ar livre, preparamos um centro de prática intensiva dos esportes, ao mesmo tempo em que, como no Minas Tênis Clube, foi visada a parte recreativo-social. Surgiu, então, o Iate Golfe Clube, dotado de instalações modernas e que, em breve, estará com todas as obras concluídas para que os esportes como os do remo e vela possam ser praticados pela mocidade, complementando-se as finalidades de um plano de aperfeiçoamento da raça, do qual o Minas Tênis Clube é centro irradiador (BELO HORIZONTE, 1942, p. 48)

De acordo com o Melo (2001), o remo estava definitivamente ligado a um novo estilo de vida, a uma nova opção de prazer, a novos códigos de conduta, a uma nova relação com o corpo, o que parecia bastante desejável na projeção da nova capital mineira no período (figura 4):

O remo incorpora perfeitamente a modernidade dos primeiros anos do século XX. O moderno tinha relação com o indivíduo audaz, conquistador, vencedor. O remo é o esporte do *exercício físico*, termo-chave sempre usado pelos que defendiam e propagavam as benesses dessa prática. O remo é o esporte da saúde, do desafio, contra o outro e contra o mar, que educa o músculo e a moral; o esporte da velocidade; do progresso, do limpo e do belo, da vida e da ordem (ligada à circulação, onde o mar ocupa importante papel). O esporte de uma juventude altiva, forte e com ‘liberdade de espírito’ suficiente para conduzir a nação ao progresso necessário. (MELO, 2001, p. 77)

Por aqui o complexo da Pampulha e seus atrativos turísticos e de lazer pareceram desenvolver num período de grande euforia cultural, produzindo um novo patamar de riqueza e de consumo. Nesse período havia também uma efervescência esportiva, onde não faltaram nem mesmo as corridas de motocicletas na orla da Lagoa da Pampulha, sob a organização dos diretores do Cicle Moto Clube de Minas, cabendo à prefeitura o pagamento das despesas e dos prêmios (BELO HORIZONTE, 1948) e as

corridas de automóveis promovidas pelo Automóvel Clube⁹, também patrocinada pela prefeitura (BELO HORIZONTE, 1949).

No Iate Clube, segundo Carsalade (2007), havia ainda uma tradição festiva que se perpetuou por muitos anos, “tornando-se célebre o seu anual ‘Baile do Marinheiro’(figura 5), onde todos iam de branco ou fantasiados de marinheiros, a celebrar o mar de Minas e seu ancoradouro, cais inventado para quem queria se soltar”. (CARSALADE, 2007, p. 42)



Figura 5: Baile dos Marinheiros (festa carnavalesca) – Iate Clube
(na foto: Lia Salgado e Clóvis Salgado)
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

No que se refere ao esporte parece importante destacar que segundo o Decreto-Lei 0111, de 19 de maio de 1942, a prefeitura autorizou a cessão gratuita e por tempo indeterminado ao *Yacht Clube* de Minas Gerais o uso e gozo das instalações e da *reprêsa* existente na Pampulha, mediante as seguintes condições, entre outras: manter

⁹ Criado em 1929 serve ainda às festas e bailes das elites em Belo Horizonte (RESENDE, 2004).

uma escola para a formação de técnicos destinados ao ensino prático e treinamento dos esportes náuticos; organizar, de acordo com a Prefeitura, horário para aulas de educação física e esportes aos escolares sob a orientação dos professores do Clube; reservar, na confecção de seus estatutos ou suas alterações, o lugar do Presidente do Clube, à livre nomeação e demissão do Governador do Estado. Dessa forma, entre os presidentes, encontramos: Dr. Lucas Machado; Dr. Carlos Alberto Quadros (1950); Dr. José Cabral (1956); Sr. Arsênio Garzon (1959); Sr. Delanne da Costa Ribeiro (1961). Ainda de acordo com a legislação, a Casa do Baile teria sido cedida, à título gratuito, ao Club de Regatas Pampulha, em 1950, mas teve declarada sem efeito esta cessão pelo Decreto 0108 de 1 de junho de 1951.

Sobre o esporte, a prefeitura revelou a sua compreensão:

Entendemos constituir indeclinável dever dos administradores amparar as atividades que, de qualquer maneira, signifiquem não só elemento de recreação popular, mas também de fortalecimento da mocidade. A par desse aspecto - suficiente para justificar e impor o interesse do homem público pelas sadias práticas esportivas - é preciso reconhecer que o esporte, principalmente em nosso país, constitui fator de apreciável contribuição à educação integral do homem, educação em que o físico perfeito será apenas reflexo do espírito bem ajustado. Por isso mesmo, convencemo-nos de que estaremos realizando trabalho patriótico sempre que estivermos desviando os moços dos botequins e das casas de jôgo - para afeiçoá-los aos exercícios esportivos. Consideramos, por estas razões, questão pacífica a necessidade de incentivar os esportes. (BELO HORIZONTE, 1948, p.142)

Esta passagem, parece interessante, considerando que o projeto inicial do complexo da Pampulha, contava com cassino para os jogos, a Casa do Baile para os *dancings*, um clube para os esportes náuticos – onde os corpos pareciam se mostrar – e o lugar sagrado da Igreja. No que se refere às práticas prescritas e imprevistas, o hábito da pesca que antes era proibido¹⁰, tornou-se uma prática permitida e controlada, quando restrita a determinados dias e com finalidade de recuperar as energias do trabalho.

Parecia claro a quais camadas sociais determinadas práticas de diversão e lazer estavam orientadas:

A repêsa da Pampulha, motivo de desvanecimento dos belo-horizontinos e de encanto de quantos visitam a Capital, esteve sob constante e desvelado carinho da administração. Para tornar o lindo recanto acessível a todas as classes, foram mantidas, com regularidade, suas linhas de bonde¹¹ e aumentadas as de ônibus, de acôrdo com horários que proporcionem facilidade de transporte durante quase as 24 horas de cada dia. Franqueámos ainda a pesca de caniço no lago, aos domingos e dias santificados, e é com satisfação que verificamos ter essa medida dado nova movimentação à Pampulha, sem nenhum dano para as obras de arte ali existentes.[...] O prédio do Iate Clube está sob a responsabilidade da diretoria do Iate, sendo de assinalar-se o brilho das festas internas e externas que ali se realizam. (BELO HORIZONTE, 1948, p.141)

Recanto incomparável para recreio e descanso, a Pampulha deve ser franqueada a todas as classes, sobretudo aos trabalhadores que ali poderão refazer as energias gastas durante a semana. Não foi com outro pensamento que liberamos a pesca aos domingos no lago, e é com viva satisfação que temos observado ser cada semana maior o número de pessoas que afluem à Pampulha. (BELO HORIZONTE, 1948, p. 144)



Figura 6 – Linha de bonde – Pampulha
Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto

¹⁰ A prática da pesca e da caça estavam proibidas desde 1938 na repêsa da Pampulha, em toda a área circunscrita pela avenida Getúlio Vargas, com multa de cem mil réis aos infratores, de acordo com o Decreto 25, de 31 de maio de 1938.

¹¹ Ver figura 6.

Nesse sentido, a relação com a água (córregos e rios) antes do surgimento da Pampulha parecia servir a outros propósitos que não aqueles imperativos da saúde e do consumo. Assim como afirma Melo (2001), no contexto carioca do século XIX, as águas serviam mais às manifestações lúdicas, já que aqueles sujeitos estavam menos sujeitos aos imperativos sociais. Segundo ele, seria algo similar ao que observou Georges Vigarello em relação ao continente europeu: “a finalidade principal é o jogo ou mesmo a transgressão, a água é essencialmente festiva. O que significa que a lavagem não é a verdadeira razão do banho”. (MELO, 2001, p. 38)

Segundo Poirier (1998), o banho no começo do século XX ainda não era considerado um cuidado de asseio, mas de um refresco depois do trabalho, que consumia cerca de 16h por dia. Nesse cenário, era preciso ter tempo para realizar a ‘limpeza’. Estar limpo, significava, na França dos séculos XIX e XX, trazer roupa limpa. O asseio cotidiano resumia-se à lavagem do rosto e das mãos. As mulheres faziam suas lavagens íntimas sobre uma bacia. O banho de corpo inteiro ficava somente para os casos de doença.

Sugerindo diferentes usos e apropriações de um mesmo espaço, a estância termal de Bath, na Inglaterra, inventou no século XVIII o uso das águas como recurso médico e logo a nobreza britânica normatizou a prática: indicando a frequência e duração dos banhos, revisitando os prazeres da natureza, agora de forma requintada (CORBIN, 2001). Contudo, o mesmo espaço era concebido também para o ócio: passeios, jogos, sociabilidades. De acordo com Corbin (2001, p. 93), “entre os dois usos do tempo, o da cura e o da descontração, cria-se uma tensão que altera o sentido e os costumes da estadia”. Assim, em diversos países (Inglaterra, França, Alemanha) do século XVIII surgiram estâncias balneárias que exibiram ao seu redor avenidas bem arranjadas e até

cassinos, o que encontra alguma correspondência, em outro momento histórico, com a cidade belo-horizontina dos anos 1940. Segundo Corbin (2001), neste contexto, cuidar do corpo dependia tanto da prescrição médica como da atenção pessoal. O uso das águas em termas, praia ou estâncias balneárias se atendiam às orientações médicas logo cederam aos imperativos do capital: a organização dos lazeres, de corpos desnudos e de ostentação de riquezas.

No Rio de Janeiro, de acordo com Lucena (2001), com “a reforma urbana articulada por Pereira Passos para a capital da República, o pavilhão de regatas na praia de Botafogo se tornou ponto de encontro da juventude elegante da cidade”. (LUCENA, 2001, p. 122) Segundo ele, as regatas tornaram-se a conquista definitiva de um espaço urbano onde antes se despejavam as imundices da cidade: a praia. Nela os esportes náuticos, como práticas modernas, prestariam menos ao lúdico e mais à utilidade. Tentativa semelhante parece ter ocorrido na Belo Horizonte das décadas de 1940 e 1950, dada a constituição de um espaço comum da vida social, imaginada e construída para alavancar a indústria do turismo e do lazer moderno como importantes elementos de um novo imaginário para a cidade.

Parece importante registrar a consolidação dos direitos trabalhistas indicados pela Constituição Brasileira de 1934, quando é definida a jornada de trabalho diário em 8h, repouso semanal e férias remuneradas, que posteriormente, em 1943, subsidiou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ainda na primeira gestão de Octacílio Negrão de Lima, de 1935 a 1938, quando a barragem é construída, o prefeito já indicava de atividades recreativas e de entretenimento que pareciam ir ao encontro de uma necessidade de ocupação do ‘tempo livre’:

No seu relatório de gestão, Otacílio dizia que [...] em torno do grande lago, circundado por uma avenida em construção, é fácil prever a edificação de um novo e pitoresco bairro de recreio, destinado a atrair a afluência daqueles que,

em dias de folga, queiram entregar-se a entretenimentos, repousando do diuturno labor da cidade. (CARSALADE, 2007, p. 23)

Assim, parecia surgir uma nova classificação: dias de trabalho e dias de folga. Estes últimos pareciam se traduzir por meio do descanso, necessário para recuperação da força de trabalho e, dos divertimentos – saudáveis, educativos e socialmente úteis – como práticas permitidas que se afastassem da ociosidade, desvios da lógica produtiva, mesmo que os jogos ainda tivessem lugar na Pampulha, pelo menos, até a sua proibição, em 1946 e, vale registrar, aparentemente, para uma determinada camada social.

Na década de 1940, a capital mineira consolidava-se como centro urbano-industrial de projeção nacional. (BAHIA, 2005). Nesse sentido, Velho (1995) afirma que o alto nível de especialização aumenta a liberdade de escolha, mas por outro lado, diminui no campo do trabalho o campo possível de experiências individuais. Assim, a máquina capitalista e a economia “fracionam as atividades produtivas em ‘n’ etapas e ocupações, retomando, em outro plano, a problemática da alienação”. (VELHO, 1995, p. 229) Para o autor:

A fragmentação do trabalho tem, como outro lado da moeda, o desenvolvimento de áreas e domínios especializados de sociabilidade, lazer, crença religiosa, atividade política etc. O relógio, elemento central da cidade contemporânea, juntamente com a reorganização do espaço social, sublinha e reforça as fronteiras entre mundos não só distintos mas até estranhos uns aos outros (VELHO, 1995, p. 229)

O surgimento de um espaço de lazer moderno em Belo Horizonte surge concomitantemente ao seu processo de industrialização e urbanização – e é fruto destes – com consequência para a organização da vida social, delimitando tempos de trabalho e não-trabalho.

5. Mas “o mar [lagoa] não estava pra peixe”

De acordo com Carsalade (2007), JK e Valadares se empenharam na promoção da Pampulha, incentivando o turismo e a ocupação da região. Avenidas foram pavimentadas, colocaram-se linhas especiais de bonde saindo da Praça Sete, em frente ao Café Pérola. Os shows eram frequentes e até corridas de automóveis aconteceram na orla da Lagoa: ‘Grande Prêmio Governador Valadares’ e o ‘Prêmio Dr. Juscelino Kubitschek’, ao completar dez voltas em torno da lagoa, cuja chegada era sempre em frente ao Bar Turista, bem próximo à Casa do Baile.

A vida cultural era intensa, como convinha a uma cidade civilizada. Mas os concertos, óperas, peças teatrais e as casas de espetáculos restringiam-se às camadas economicamente superiores. (BAHIA, 2005) Concordamos com Velho (1995, p. 232) quando afirma que a “grande cidade não só incorpora visões de mundo e estilos de vida díspares como está permanentemente produzindo processos de diferenciação”. Ainda, segundo ele:

A não-linearidade e multidimensionalidade dos processos socioculturais é maximizada nos centros urbanos cuja principal característica é a geração de estilos de vida e visões de mundo diferenciados que, no limite, levam à experiência da fragmentação. Esta não é um impedimento à vida social mas uma característica marcante, até certo ponto inédita, da modernidade. (VELHO, 1995, p. 232)

Assim, segundo com Pesavento (1995, p. 284), as representações do mundo social assim constituídas, que classificam a realidade e atribuem valores ao espaço, à cidade, à rua, aos bairros, aos habitantes, “não é neutra, nem reflexa ou puramente objetiva, mas implica atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder”.

Sobre a existência de diferentes camadas sociais e seu acesso e uso da Pampulha, esclarece outro autor:

A Juscelino – e a mim mesmo, confesso – pouco importavam as acusações de elitismo, tais como aquelas do Frieiro, o Eduardo, que dizia que era ‘tudo

muito belo e aprazível’, mas as obras eram ‘escandalosamente suntuárias para uma cidade pobre. Jogatinas, danças, bebidas...’. A Pampulha era propositadamente elitista, pois era isso que a fazia atrativa e que fazia correr dinheiro, como era seu intento. Imaginávamos, Juscelino e eu, que esse recurso em caixa seria aplicado em benefício de toda a nossa população. Não contávamos, no entanto, que o Dutra fosse fazer o que fez. O fato é que, por influência da sua esposa – lembro-me até hoje da data fatídica – no dia 30 de abril de 1946 o Marechal Dutra proibiu o jogo no Brasil. (CARSALADE, 2007, p. 54)

De acordo com Carsalade (2007), a construção do complexo da Pampulha e os acontecimentos artísticos e culturais pouco sensibilizaram os moradores da ala direita da região. Estes moradores não ficavam à vontade frente a sofisticação dos espaços utilizados pelos grupos privilegiados. Assim, deram continuidade às tradições das “festas religiosas, do cinema mudo, do Teatro São Tarcísio e da festa do Boi da Montã” (CARSALADE, 2007, p. 51)

Ali onde vocês pescam nas horas de folga será um aeroporto, onde jogam bola será uma represa, onde tem horta será um conjunto de casas, onde os bois pastam soltos será uma praça. A 'Estrada Velha' será asfaltada e 'ficará' novinha, disseram os estranhos [...] eles destruiriam tudo, expulsariam todos dali tal como fizeram com os moradores do Curral Del Rei? (RESENDE, 2004, p. 64)

Segundo Resende (2004) a Pampulha cresceu e se dividiu em três: a Pampulha Velha, na região do Aeroporto; a Pampulha Rica, da Avenida Presidente Antônio Carlos “para dentro”, em direção às mansões da orla da lagoa e; a Pampulha Abandonada, do outro lado da represa. Elas não são rivais, mas não se entrecruzam, nem se cumprimentam.

Protegida a leste pela Aeronáutica, a oeste por um Batalhão da Polícia Militar, ao norte pela Polícia Civil e ao sul pelo Exército (tem até um Corpo de Bombeiros), a Pampulha Rica dorme tranquila, como uma cidade feudal. Ao seu alcance está o melhor transporte terrestre, aéreo e 'aquático'; a melhor universidade, os melhores clubes e os maiores estádios; as melhores diversões e na passagem do ano assiste a um apoteótico espetáculo pirotécnico. Já a outra Pampulha, a Abandonada, tem 'muitos campos de pelada', de terra vermelha [...] onde os 'pés vermelhos' se divertem, o zoológico com os bichos sonolentos e as capivaras, garças e jacarés da lagoa, que não está assoreada, mas mais parece um 'rio-esgoto' [...] E para a outra, mais velha das três, sobra o ronco dos aviões que a sobrevoam [...] serão as máquinas que voltaram para arrasar o que restou? Pesadelo que ainda

atormenta [...] A Pampulha Velha vive de luto. Fogos de artifício estouraram em duas épocas: na data da Padroeira do Brasil e nas Festas do Congo (RESENDE, 2004, p. 65)

6. A maldição da Pampulha

O fato é que a Lagoa da Pampulha passava por maus momentos no final de década de 1940 – dada a proibição dos jogos no Cassino – e o pior ainda estava por vir: o rompimento da barragem, em 1954. Não haveria como não associar o rompimento da barragem ao fato da igrejinha não ter sido abençoada ainda naquela data. Com as águas escorridas pela explosão, esvaía-se, também, os sonhos de modernidade e o orgulho de grande cidade (CARSALADE, 2007).

Grande perda sofrida pela Cidade, do ponto de vista de seu embelezamento, nos últimos anos, foi o rompimento da barragem da Pampulha. Além dos prejuízos causadas e das despesas necessárias à sua recuperação, existe, também, o valor turístico que representava, em seu conjunto arquitetônico, para o renome internacional de Belo Horizonte. As preocupações da Municipalidade, naquela época, às quais se aliavam as de toda a população, pela dificuldade em custear a reconstrução da barragem, foram superadas desde logo pelo apoio espontâneo do Estado e da União, possibilitando o início imediato das obras. (BELO HORIZONTE, 1957, p. 55)

Conta Casalarde (2007) que após a proibição do jogo no Brasil a Lagoa da Pampulha começava também a dar sinais de assoreamento e eutrofização que nem a *Byington e Cia.* estavam dando conta de impedir. Neste período, começou aquilo que ficou conhecido como a “maldição da Pampulha”. Cassino fechado, igreja fechada, explosão da esquistossomose. “O mar, quer dizer, a lagoa, não estava pra peixe”, nas palavras de Carsalade (2007, p. 55).

Em 1958, a nova barragem é então re-inaugurada. Recuperaram-se com a barragem, a avenida, reformaram-se o aeroporto (pista aumentada em 1952 e construção do terminal de passageiros em 1954), o Cassino se transformou em Museu de Arte Moderna (reforma iniciada em 1955 e inauguração em 1957), a Igreja São Francisco

finalmente se sagrou, em 11 de abril de 1959, por Dom João de Resende Costa, o novo arcebispo de Belo Horizonte. Iniciaram-se as obras do campus universitário (1957, primeiro prédio – da Reitoria – inaugurado em 1958), implantou-se o Jardim Zoológico (em 1959 é transferido o Jardim Zoológico do Parque Municipal para a Lagoa da Pampulha).

Em 1951 o Cassino e o Iate Golf Club haviam sido entregues ao governo do Estado de Minas Gerais pelo prazo de cinco anos¹² e, segundo Carsalade (2007), parecia que Gianetti¹³ não queria mesmo saber da herança de um governo anterior de partido oposto: “A ideia era a de que o cassino fosse transformado em hotel e o clube, que fosse remodelado”. (CARSALADE, 2007, p. 58)

Sobre os destinos dos espaços da Pampulha, como não se implantou o golfe de sua destinação inicial (na área hoje ocupada pelo Jardim Zoológico), o Iate Clube teve seu nome alterado para Iate Tênis Clube, após a sua venda, em leilão, em 1961¹⁴, na administração de Amintas Barros. Também foram criados, no início da década de 1960, o PIC – Pampulha Iate Clube e o Jaraguá Country Clube. A Casa do Baile é arrendada em 1966¹⁵.

Em 1964, a Lei 1114 dispunha sobre a construção de uma linha de bondes na avenida que margeia o lago da Pampulha, com a denominação de “Linha da

¹² Verificar Lei 0179, de 26 de janeiro de 1951, autoriza a entrega, ao Estado de Minas Gerais, dos imóveis ocupados pelo Iate Golf e pelo Casino da Pampulha; Portaria 0685, de 8 de fevereiro de 1956, que toma as medidas necessárias à devolução à Municipalidade da posse dos imóveis constituídos pelos terrenos e prédios ocupados pelo Iate Golfe Clube e Cassino da Pampulha.

¹³ Américo Rennè Gianetti, prefeito de Belo Horizonte, de 1951 a 1954. Nesse mesmo período, JK assume o governo do Estado de Minas Gerais.

¹⁴ Portaria 1132, de 9 de dezembro de 1960, onde consta a alienação dos terrenos e benfeitorias do Iate Golfe Clube, cuja venda foi autorizada pela Lei Municipal n. 814, de 19 de dezembro de 1959.

¹⁵ Portaria 1473 de 26 de abril de 1966. Desde 2000, a Casa do Baile se tornou em Centro de Referência da Arquitetura, Urbanismo e Design.

Recordação”¹⁶. A marca da Pampulha como espaço de lazer também foi reforçado pela inauguração do Estádio Magalhães Pinto, o Mineirão, em 1965.

Em 1968, pela Lei 1523, fica expressamente proibido o uso das águas da represa da Pampulha, incluindo os desportos náuticos, atividades recreativas de qualquer natureza, a pesca e a natação. Aqueles que praticassem qualquer atividades nas águas teriam seus barcos e pertences apreendidos, além de multa. Contudo, em 1973, ainda exercia-se o uso da Lagoa como praia artificial, como salienta o problema descrito na Portaria 1963, cuja comissão designada apuraria os fatos.

Em 1972 é desativada a estação de tratamento de água da Pampulha, sepultando definitivamente, a sua missão de abastecimento e reservando-lhes apenas o papel de amortecimento de cheias, de acordo com Carsalade (2007) e, segundo ele, não poderia ser diferente, pois começavam a ser agravar de forma preocupante a contaminação (eutrofização, mortandade de peixes, verminoses, esquistossomose) e o assoreamento (diminuição de suas águas) da lagoa.

Segundo o autor, a Lagoa se transformou no penico da conurbação Belo Horizonte – Contagem, só esgostos e sedimentos. Iniciativas para a despoluição já ocorreram, mas como paliativos. Agora, as expectativas são renovadas em função dos megaeventos esportivos a se realizar no país. Como afirma Ribeiro (2011), quem vê hoje os bairros da regional Pampulha não imagina que até a década de 1960 sua área era predominantemente rural.

7. Considerações finais

No período investigado, observamos que a constituição da Lagoa da Pampulha como um espaço de lazer moderno pareceu cercado de contradições. Encontramos

¹⁶ A Lei 3778 de 14 de junho de 1984, autorizava a instalação de bondinhos na Pampulha.

práticas culturais em torno da lagoa como rastros de uma pedagogia do corpo que estavam entre o prescrito e o imprevisto.

Da pesca ao remo, a lagoa foi palco de apropriações culturais por parte de diferentes camadas sociais, mesmo que planejada como bairro mais encantador da capital, provido de uma série de atrações turísticas (Cassino, Casa do Baile) e de aperfeiçoamento do físico (*Yatch* Clube de Minas Gerais) como os exercícios ao ar livre, de remo e vela para a mocidade, cuja finalidade era o aperfeiçoamento da raça e a cultura física.

As fontes indicaram que uma educação integral do homem pelo físico perfeito era reflexo do espírito bem ajustado, afastando a mocidade dos desvios (botequins e casas de jogo) e contribuindo ao trabalho patriótico. Ao mesmo tempo, a Pampulha também serviu ao recreio e ao descanso, para recompor as energias do trabalhador, com a conseqüente liberação – antes proibida – da pesca aos domingos, como prática regulada.

Embora tenha sido construída, a princípio, em função de demandas sanitárias e de saúde pública, junto às obras veio o desejo de modernidade e mudança na paisagem urbana, tocando nas esferas culturais e econômicas. A criação de um centro turístico e de lazer visava oferecer um espaço que concentrasse as principais opções de lazer na cidade, ao mesmo tempo em que fazia dessa área símbolo da modernidade e do progresso de Belo Horizonte.

Entretanto, o empreendimento parece que pouco afetou os hábitos daqueles que já habitavam a região. O requinte e a elegância como conquistas modernas que atravessariam as edificações e os costumes pareciam não encontrar correspondência junto aos habitantes da “Fazenda Velha Santo Antônio da Pampulha”.

Esta intervenção na paisagem urbana pareceu encontrar no Rio de Janeiro uma referência pela difusão do progresso, da limpeza e do embelezamento ligados a uma ideologia que associava a ‘beira-mar’ aos estilos de vida moderna, banindo traços rurais das residências e dos bairros. Dessa maneira, Belo Horizonte também fez exigências morais, higiênicas, estéticas que se impunham diante da necessidade de “ser” e “parecer” moderna, fazendo com que esta representação imaginária ganhasse mesmo força de realidade, contudo, não foi sustentada. O saneamento do espaço físico não alcançou da mesma forma o saneamento dos hábitos e costumes. Com a proibição do jogo no Brasil e o conseqüente fechamento do Cassino, com posterior arrendamento da Casa do Baile e do Iate Clube, estes desencontros ficaram ainda mais acentuados.

Todas as práticas ligadas à lagoa que antes, pareciam propostas ao espaço público, logo ficaram restritas aos espaços privados dos clubes. O fechamento e/ou venda destes equipamentos públicos de lazer culminaram na ausência de manutenção dos espaços com os propósitos iniciais. As fontes sinalizaram que a modernidade em Belo Horizonte permaneceu restrita ao âmbito privado, a exemplo das sociabilidades e consumo de estilos de vida, neste período, diferente da cidade do Rio de Janeiro que tornou cada vez mais público determinados hábitos e comportamentos à beira-mar.

Em 1968, pela Lei 1523, ficou expressamente proibido o uso das águas da represa da Pampulha, incluindo os desportos náuticos, atividades recreativas de qualquer natureza, a pesca e a natação. No que se refere às práticas prescritas e imprevistas, o hábito da pesca que antes era proibido, tornou-se uma prática permitida e controlada, quando restrita a determinados dias e com finalidade de recuperar as energias do trabalho. Com esta nova proibição, como ficou a pesca dos cidadãos? Como ficou a prática do remo em Belo Horizonte? Se estas práticas já eram marcadas pela

divisão de classes, depois da proibição do uso das lagoas da lagoa elas ainda se acentuaram. O remo ganhou outros espaços exclusivos e a pesca permaneceu como estava: proibida, esquecida. Fato é que a construção da lagoa serviu aos propósitos da elite, transformando a paisagem sem, no entanto, apagar os traços de ruralidade que ali existiam. A Pampulha seria uma nova tentativa para a realização de uma cidade idealizada e a sua construção serviu à desagregação social, excluindo interesses daqueles que ali viviam.

Assim, parece necessário ‘escovar a história a contrapelo’, como sugere Pesavento (1995), buscando em registros policiais, nas entrelinhas dos jornais e das festas populares, indícios de representações coletivas de uma ‘outra’ cidade, reconhecendo outros conflitos entre a ‘cidade sonhada’ e a ‘cidade real vivida’. Por fim, “o que importa resgatar, do ponto de vista da história cultural urbana, é que a ‘cidade do desejo’, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar” (PESAVENTO, 1995, p. 283)

REFERÊNCIAS

Leis e relatórios

BELO HORIZONTE. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo Prefeito Octacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935 - 1936. Belo Horizonte: **Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais**, 1937. Acervo APCBH, Coleção Relatórios anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Relatório de 1937 apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito de Belo Horizonte. Graphica Queiroz Breyner Ltda, 1937b. **Acervo APCBH**, Coleção Relatórios anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Relatório dos exercícios de 1940 e 1941, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, Governador do Estado, pelo prefeito Juscelino

Kubitschek de Oliveira. Belo Horizonte, 1942. **Acervo APCBH**, Coleção Relatórios anuais de atividades da Prefeitura de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Portaria 1473 de 26 de abril de 1966. In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/c56f931dcb50524403256881006dfa6e?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Portaria 1963 de 5 de outubro de 1973. In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/4cde7a38a94d18f403256887006e4922?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Lei 1114 de 2 de julho de 1964. Dispõe sobre a construção de uma linha de bondes na avenida que margeia o lago da Pampulha, com a denominação “Linha de Recordação”. . In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/a547b6d957aa9b42032567d100650839?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Lei 3778 de 14 de junho de 1984. Dispõe sobre a colocação de bondinhos na lagoa da Pampulha. . In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/ea677cb797a28459032567ac0071542f?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Decreto-Lei 0111 de 19 de maio de 1942. Autoriza a cessão do uso e gozo das instalações e da represa existente na Pampulha ao Yacht Clube de Minas Gerais. . In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/e47081e6e41b6529032569f1004ac097?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Decreto 0025 de 31 de maio de 1938. Proíbe a pesca na represa da Pampulha. . In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/fee525654ff83c64032567e10048cb8c?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Lei 0179 de 26 de janeiro de 1951. Autoriza a entrega, ao Estado de Minas Gerais, dos imóveis ocupados pelo Iate Golfe e pelo Casino da Pampulha. . In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <http://bhaz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/359ba512ec2fa901032567da007221dc?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Portaria 0685 de 8 de fevereiro de 1956. . In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em:

<http://bhz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/bf964a62fb6d728d0325687a005d27e4?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BELO HORIZONTE. Lei 1523 de 4 de setembro de 1968. . In: **Legislação do Portal da Prefeitura de Belo Horizonte**. Dispõe sobre o uso da represa da Pampulha. Disponível em: <http://bhz5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/4482894442a93e06032567c9006f0efd?OpenDocument> Acesso em: 29 agos 2012.

BRASIL. Decreto-lei 9215, de 30 de abril de 1946. Proíbe a prática ou exploração de jogos de azar em todo o território nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9215.htm Acesso em: 09 jul 2012.

Livros, artigos e teses

BAHIA, Cláudio Lister Marques. Belo Horizonte: uma cidade para a modernidade mineira. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v.12, n. 13, dez, 2005, p. 185-200.

BAHIA, Denise Marques. **A arquitetura política e cultural do tempo na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)**. Tese. Programa de Doutorado em História, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8JANZ4> Acesso em: 21 ago 2012.

CALDEIRA, Oswaldo. **Pampulha ou a invenção do mar de Minas**. [DVD] Rio de Janeiro, Link Digital, 2005. DVD (73 min), documentário.

CARSALADE, Flávio. **Pampulha**. Coleção BH. A cidade de cada um. Belo Horizonte: Conceito, 2007.

CORBIN, Alain. **História dos tempos livres**. Lisboa: Editorial Teorema, 2001.

JULIÃO, Leticia. Itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliane de Freitas; BANDEIRA DE MELO (Org.). **BH: Horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Relatório sobre a Pampulha**. Belo Horizonte: PBH, 1947, p. 43

LINHALES, M. A et al. O Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer da EEEFTO da UFMG: um ponto de partida. In: **X Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança**, 2006, Curitiba. X Congresso Nacional de História do Esporte, Lazer, Educação Física e Dança, 2006.

LINHALES, M. A. ; CUNHA, L. B. ; ALENCAR VIANA, Juliana de. . Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer: ordenando acervos, produzindo sentidos. In: **IV Congresso De Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**, 2007, Juiz de Fora. Anais do IV Congresso De Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, 2007.

LUCENA, Ricardo de F. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados, CBCE, 2001.

MELO, Victor Andrade de. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.

NAVA, Pedro. **Galo das trevas** (as doze velas imperfeitas). São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NAVA, Pedro. **Balão Cativo**. São Paulo: Ateliê Editorial: 2003c.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

POIRIER, Jean (org). **História dos Costumes**. As técnicas do corpo. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RESENDE, Maria Stella Andrade de. **O conjunto da Pampulha em Belo Horizonte**: concepção e usos para o lazer e turismo (1943/2003). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria. Universidade Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2004.

RIBEIRO, Raphael Rajão (org). **Histórias de bairros de Belo Horizonte**: Regional Pampulha. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011.

RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes; SILVA, Regina Helena Alves da. **Constituição e enraizamento do esporte na cidade**: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). 2006. 338 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

RODRIGUES, Marilita et al. Políticas Públicas de Esporte em Minas Gerais: uma história de suas primeiras aproximações (1927 a 1946). In: CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira da (Org). **Histórias e Memórias do Esporte em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011a, v. , p. 121-140.

RODRIGUES, Marilita et al. Esporte mineiro e Políticas Públicas: primeiras aproximações (1927 a 1946). In: **XVII Conbrace e IV Conice - 2011**, 2011, Porto Alegre. XVII Conbrace e IV Conice - 2011, 2011b.

RODRIGUES, Marilita et al. Políticas Públicas de Esporte em Minas Gerais: mapeando sua história (1927/2006). In: **IV Simpósio de História da Educação Física e do Esporte**, 2011, Aracaju - Sergipe. IV Simpósio de História da Educação Física e do Esporte, 2011c.

SOUZA, Eneida Maria de. **Modernidades tardias**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, 1995, p. 227-234.

Endereço da Autora:

Juliana de Alencar Viana
Rua Professor Júlio Bueno, 35 – São Bento
Belo Horizonte – MG – 30350-650
Endereço eletrônico: gaiajones@gmail.com